

1
1
2
3
4
5

**ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

6Aos vinte um dias do mês de outubro de dois mil e cinco realizou-se a Septuagésima Nona Reunião
7Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à rua Carlos Chagas, n.º 55 –
811º andar – sl. 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e vinte três minutos, com a presença
9dos seguintes Conselheiros: **Sr. Niro Afonso Pieper**, Representante do Secretário de Meio Ambiente;
10**Sra. Laura Londero Cruz**, Representante do Secretário da Saúde; **Sr. Adoralvo Antônio Schio**,
11Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Eberson Thimmig Silveira**,
12Representante do Secretário de Energia, Minas e Comunicação; **Sra. Sandra Garcia Polino**,
13Representante do Secretário da Educação; **Sra. Marilene Kostelnaki Franco**, Representante do
14Secretário da Cultura; **Sr. Paulo Renato dos Santos Souza**, Representante do Secretário de Ciências e
15Tecnologia; **Sra. Marta Marchiori Dias**, Representante Suplente da SEDAI; **Sr. Juares Fernandes de**
16**Souza**, Representante do Secretário de Justiça e Segurança; **Sr. Geraldo André Susin**, Representante
17Titular da ALGA; **Sra. Edi Xavier Fonseca**, Representante Titular da AGAPAN; **Sr. Mauro André**
18**Kern**, Representante Suplente do Movimento Roessler; **Sr. Luiz Alberto Carvalho Júnior**,
19Representante Suplente dos Amigos da Floresta; **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite**, Representante
20Titular da Instituição Universitária Pública; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Titular da FETAG;
21**Sr. Clóvis Zimmer**, Representante Titular da FIERGS; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**, Representante
22Suplente da FARSUL; **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva**, Representante Titular da Sociedade
23de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sr. Valtemir Goldmeier**, Representante Titular da FAMURS; **Sr.**
24**Carlos Termignoni**, Representante Titular do Centro de Biotecnologia do Estado do Rio Grande do Sul;
25**Sr. Sebastião Teixeira Corrêa**, Representante Suplente dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Carlos**
26**Henrique Dias**, Representante Suplente do IBAMA; **Srs. Clebes Brum Pinheiro e Eduardo Osório**
27**Stumpf**, Representantes Titular e Suplente do Corpo Técnico da FEPAM; **Srs. Cláudio Dilda e Mauro**
28**Gomes de Moura**, Representantes Titular e Suplente da FEPAM. Participaram também da reunião, como
29convidados: Cíntia Schmidt, OAB; Lúcia Anello, IBAMA/RS; Janine Souza, Correio do Povo; Alexandre
30Bugin, ABES; Carmem Franco, FEPAM; Prefeito Veríssimo, Eduardo Salami e Sílvia Maria Laste,
31Prefeitura Municipal de Coqueiro Baixo. Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Sr. Valtemir
32Goldmeier, Representante da FAMURS, e secretariados pelo Sr. Mauro Gomes de Moura, Representante
33da FEPAM. **Pauta: 1. Aprovação das Atas 77ª e 78ª Reunião Ordinária do CONSEMA; 2.**
34**Comunicações; 3. Proposta de Minuta de Revigoração da Resolução 16/00; 4. Proposta de**
35**Resolução sobre Saibreiras e Pedreiras Municipais; 5. Habilitação de Municípios – SIGA/RS; 6.**
36**Situação de Caxias do Sul; 7. Assuntos Gerais. Sr. Presidente (Sr. Valtemir Goldmeier):** Estamos
37com *quorum*, dessa forma damos as boas-vindas aos Conselheiros no início dessa nossa 79ª Reunião do
38Conselho Estadual do Meio Ambiente, que foi convocada, conforme o Regimento, onde apresentamos
39uma Pauta de assuntos a discutirmos. **1. Aprovação das Atas 77ª e 78ª Reunião Ordinária do**
40**CONSEMA.** Inicialmente, temos como assunto de Pauta a discussão referente às Atas da 77ª e 78ª. Antes
41de entrarmos na discussão disso, recebi um ofício do Sr. Sérgio Cardoso, Representante dos Comitês de
42Bacias, e nesse ofício ele pede que não coloquemos em votação e discussão a Ata da 78ª Reunião do
43CONSEMA. Então, nesse sentido, gostaria de pedir a autorização para a Plenária no sentido de
44discutirmos a Ata da 77ª Reunião, deixando a Ata da 78ª para a próxima reunião ordinária. **Sr. Juares**
45**Fernandes de Souza:** Ele justifica o motivo? **Sr. Presidente:** Eu vou ler: *Sr. Presidente, conforme já*
46*justificado através de ofício, estarei ausente da próxima reunião do CONSEMA, marcada para 21-10, em*
47*função de estar participando do Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Sendo assim,*
48*encaminhando através deste a solicitação para que não seja colocada em votação a Ata da 78ª Reunião,*
49*realizada em 22-09, em virtude de não concordar com o conteúdo registrado nas linhas 1342 a 1347,*
50*encaminhando-a para análise na próxima análise desse Conselho. Sem mais para o momento,*
51*cordialmente, Sérgio Cardoso.* Então, consulto o CONSEMA se existe alguma discordância de
52efetuarmos a análise da Ata da 78ª Reunião na próxima reunião ordinária? Não havendo manifestação,
53entendemos como **aprovada** a solicitação. Passamos, portando, para a análise da Ata da 77ª Reunião
54Ordinária do Conselho. Alguém tem algum comentário a ser feito em relação à Ata que foi encaminhada a
55todos os Conselheiros? **Sr. Geraldo André Susin:** Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros,
56convidados, municípios presentes, servidores da Casa. São três pontos: na p. 07, linha 407, é *Associação*

57 *Livre para Gerenciamento*. **Sr. Presidente:** Falta a palavra *livre*, então? **Sr. Geraldo André Susin:** *Livre*.
58 Na p. 12, entre a linha 680 e 685, foi lido, consta, foi transcrita a opinião do editorial do Pioneiro, só
59 faltou a matéria, que foi entregue hoje. Então, gostaria que constasse em Ata. Não, desculpe, ela segue
60 depois, não é isso, está correta. Mais adiante, na linha 702, é *incinerador* a palavra. Na linha 723, a
61 expressão ali: *pô, eles liberam*; somente *pôr liberam*. **Sr. Presidente:** Repita, porque não ficou claro. **Sr.**
62 **Geraldo André Susin:** Suprimir *pô, eles liberam*, colocar *eles liberam*. **Sr. Presidente:** Não entendi.
63 Retirar toda a expressão? **Sr. Geraldo André Susin:** Tirar a expressão *pô*, que foi um cacoete, uma má
64 linguagem. Na linha 724, da mesma forma, pedimos desculpas pela expressão: *o banzé*. Então, não deve
65 ser utilizado, substituindo por *o que queremos*. **Sr. Presidente:** Mas isso o senhor está pedindo para
66 alterar o que disse? **Sr. Geraldo André Susin:** A contextualização está clara, é isso que está no contexto
67 e o *banzé* é uma linguagem que não deve ser usada. Então, pedimos desculpas ao coloquial que não deve
68 ser usado, escapou. Na linha 726, no final, onde diz: *administração, fazer o que quiserem*; é: *faz o que*
69 *quiser*. Só corrigindo a conjugação. Na linha 727, para finalizar: *o problema vai para a próxima*
70 *Administração*. Sr. Presidente, só para argumentar que lendo se entende, não é um preciosismo, só
71 correção gramatical e ortográfica que é bom. Era isso, obrigado. **Sr. Presidente:** Prova a necessidade,
72 Susin, de termos o máximo de cuidado na hora das manifestações, para evitar esses mal-entendidos,
73 porque são documentos públicos e de uma forma ou de outra fica gravado e somos obrigados a retratar em
74 Ata o que é dito no microfone, o que é colocado na Plenária do CONSEMA. Então, agradeço a sua
75 intervenção no sentido de fazer essas correções, mas deixando claro que o Conselho é uma Entidade
76 pública e que os assuntos são transcritos, portanto, temos que ter o máximo de responsabilidade nas
77 nossas manifestações. Mais algum comentário? Não havendo mais outro comentário a ser feito, então,
78 coloco em votação a Aprovação da Ata da 77ª Reunião Ordinária do Conselho de Meio Ambiente,
79 realizada no dia 21-07-2005. Por favor, quem é a favor se manifeste levantando o crachá. Quem é
80 contrário se manifeste. Abstencões? Então, **aprovado** por unanimidade dos presentes. Passamos, então,
81 para Comunicações e vou pedir para o Mauro, a menos que tenha alguma Questão de Ordem que queira
82 ser levantada, passaríamos para Comunicações. Existe alguma Questão de Ordem que queira ser
83 levantada? Então, as comunicações, Mauro. **2. Comunicações. Sr. Mauro Gomes de Moura:** Boa-tarde
84 a todos. A Secretaria Executiva do CONSEMA recebeu do Gabinete do Secretário do Estado de Meio
85 Ambiente correspondência, comunicando que hoje a Secretaria estará representada pelo seu servidor Niro
86 Afonso Pieper. A AGAPAN enviou, com data de 21-10, ofício ao Sr. Presidente do CONSEMA:
87 *Solicitamos que sejam apresentados e discutidos os seguintes projetos em andamento no Estado: 1 –*
88 *Projeto Biodiversidade, conservação da biodiversidade com fator de contribuição e desenvolvimento do*
89 *Rio Grande do Sul; 2 – Projeto de Incentivo à Monocultura de Árvores na metade sul do Estado, ciclo de*
90 *expansão do setor madeira, celulose e papel*. Assina Edi Xavier Fonseca. Eu não vou ler, está aqui na
91 frente uma cópia para cada Conselheiro, o convite para a II Conferência Estadual do Meio Ambiente. Só
92 lembrando que no último parágrafo há uma pré-conferência, dia 27-10, quinta-feira, às 14 horas, no
93 auditório do IBAMA, na Miguel Teixeira, n.º 126 – 6º andar. Para os Conselheiros que não pegaram, há
94 um convite aqui do IBAMA, inclusive, para os dias 26 e 27-11. Correspondência do Sérgio Cardoso,
95 Representante dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas do Estado, dirigida ao Presidente
96 do CONSEMA, datado de 13-10: *Sr. Presidente, o Fórum Gaúcho de Comitês de Bacias Hidrográficas*
97 *solicita que seja pautado nesse CONSEMA um grande debate sobre política florestal do Estado do Rio*
98 *Grande do Sul. Entendemos que o tema interfere diretamente nas ações de gestão dos recursos hídricos*
99 *nas mais diferentes bacias hidrográficas do Estado. E sendo esse Conselho órgão máximo do sistema*
100 *estadual de meio ambiente do Rio Grande do Sul não pode-se furtar a esse debate, visto que muitas*
101 *regulamentações sobre o assunto poderão ser encaminhadas a seu exame e deliberação. Solicitamos*
102 *também que sejam convidados ao debate os órgãos que estão promovendo a política florestal do Estado*
103 *para que apresente suas diretrizes. Aproveitamos a oportunidade para justificar a nossa ausência na*
104 *próxima reunião, em virtude de estar participando do Encontro Nacional de Comitês de Bacias*
105 *Hidrográficas, fora do Estado do Rio Grande do Sul*. Ofício do IBAMA, da Dra. Cecília Hipólito,
106 indicando o servidor Carlos Henrique Dias para ser seu substituto nesta reunião. Correspondência da
107 Professora Elisabete Maria Zanin, Representante das Universidades Privadas, dirigida ao Presidente do
108 CONSEMA: *Vimos por meio deste justificar a nossa ausência na reunião agendada para o próximo dia*

10921, devido a compromissos explicitados em anexo: participação em bancadas de defesa de teses de
110doutorado. Antecipação da justificativa antes mesmo da convocação estará relacionado ao meu
111deslocamento imediato ao referido Estado para cumprir outros compromissos assumidos. Segue aqui a
112relação de trabalhos que ela irá efetuar fora do Estado. Era isso, Sr. Presidente. **Sr. Presidente:** Em
113relação à solicitação, tanto do Comitê de Bacias quanto da AGAPAN, gostaria de decidir quanto que a
114gente colocaria isso em Pauta, porque teríamos uma reunião em novembro, mas a reunião de novembro
115vai estar permeada por uma série de eventos nacionais, não sei se seria o melhor momento, até porque vai
116ter a pré-conferência estadual no final de novembro da Conferência Nacional. Então, sugiro que a gente
117paute o assunto para a reunião de dezembro, mas teríamos que também decidir quem a gente convidaria
118para esse debate, porque e tendemos que a participação da SEMA e da FEPAM são fundamentais, mas,
119também, há a interface da Secretaria de Agricultura, da Secretaria de Planejamento do Estado, porque
120existe um planejamento do Estado em relação à metade sul. E também entendo que a Secretaria de
121Assuntos Internacionais e Fomento é uma Secretaria que está envolvida e o Caixa/RS. Não sei se teria
122mais alguém que a gente poderia convidar para essa Pauta. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Sr. Presidente e
123demais companheiros do Conselho, entendo que essa Pauta vai ter que ser encaminhada ao APB Florestal,
124que é dirigido pelo Secretário Estadual de Assuntos Internacionais, e é centralizado na Caixa/RS. Toda a
125discussão está lá dentro. Então, acho que não há porque fugirmos do que existe hoje legalmente
126constituído no Estado. **Sr. Presidente:** Acho que seria mais uma das Entidades. Concordo contigo. **Sr.**
127**Ivo Lessa Silveira Filho:** No APB Florestal estão todos unidos, todo mundo ali dentro. **Sr. Presidente:**
128Se o Conselho assim entender, não sei se há alguma das Entidades que entende que deva haver um
129chamamento em especial. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu gostaria que na Pauta sobre monocultura de
130árvores fosse convidado o Conselheiro da AGAPAN, engenheiro florestal e engenheiro agrônomo,
131Sebastião Pinheiro, para que ele tivesse um tempo e pudesse falar sobre o tema também. Oficialmente
132fosse convidado pela SEMA, obviamente, pela a AGAPAN ele poderia estar presente, mas gostaria que
133fosse convidado oficialmente e tivesse um espaço para falar. E sobre o Projeto de Biodiversidade, gostaria
134que fossem convidados os implicados no projeto, é um projeto financiado pelo Banco Mundial e em
135vários órgãos envolvidos. Eu gostaria que o órgão coordenador fosse convidado, porque acho que é a
136Secretaria de Planejamento Estadual quem está coordenando esse projeto, que fossem convidados
137também. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Presidente, acho que foi levantada a situação de um programa do
138Governo do Estado. Se quisermos ouvir o programa do Governo do Estado, acho que o Governo do
139Estado tem que ser convidado. Agora, as demais Entidades, AGAPAN, FARSUL, essas que fazem parte
140do Conselho, estarão no Conselho, pode vir o seu representante e demais convidados. Não há porque o
141Conselho se dirigir a uma Entidade que faz parte do Conselho com convite oficial. Acho que convite
142oficial ao programa que vai ser apresentado. **Sr. Presidente:** Mas entendo que é possível, Ivo,
143reservarmos, então, já que a Entidade AGAPAN é a proponente, um espaço de alguns minutos. **Sr. Ivo**
144**Lessa Silveira Filho:** Como proponente sim. Entendido. **Sr. Presidente:** Então, consulto a representante
145da AGAPAN no sentido de que esses dois assuntos poderiam ser abordados em uma mesma reunião?
146Então, poderia ser na reunião de dezembro, a gente teria como Pauta principal da reunião do CONSEMA.
147**Sr. Luiz Alberto Carvalho Júnior:** Sr. Presidente, já que os representantes da AGAPAN vão fazer a sua
148apresentação, os Amigos da Floresta também gostariam nessa mesma data de expor as suas idéias. **Sr.**
149**Presidente:** Primeiro: durante a reunião ordinária do Conselho todos os Conselheiros podem-se
150manifestar, mas caso haja essa manifestação nesse sentido, entendemos que há a possibilidade de
151abrirmos um espaço. Então, quem dos Conselheiros tiver interesse em se manifestar nessa Pauta que nos
152encaminhe uma solicitação formal, exceto a AGAPAN, porque foi a proponente, para ela sou obrigado a
153abrir, automaticamente, um espaço. Sou obrigado a solicitar que vocês façam isso formalmente, para que
154a gente possa organizar o evento, porque se todos pedirem 15 minutos, somos 29 Conselheiros, aí vamos
155passar a tarde só ouvindo os Conselheiros. O objetivo, pelo que entendo, e a solicitação da AGAPAN, é
156no sentido da gente discutir o assunto e também conhecer o projeto. Que bom que algumas Entidades aqui
157já conhecem o projeto, pessoalmente, tive algum contato, mas não posso dizer que conheço o projeto
158como um todo, e, provavelmente, a maioria dos Conselheiros encontra-se nessa mesma situação. Então,
159nesse sentido, sugiro que quem dos Conselheiros tiver interesse de se manifestar em especial, de repente
160até fazendo uma apresentação, alguma coisa desse gênero, sugiro que encaminhe para a Secretaria do

161Conselho, via *e-mail*, para o consema@sema.rs.gov.br pedindo espaço. E na reunião, para que haja uma
162organização, para essas Entidades que queiram-se manifestar, a gente reserva um tempo, aí dividimos o
163tempo proporcionalmente aqueles que se inscreveram. Se reservarmos meia hora para essa manifestação e
164tiverem 10 inscritos, vai haver 03 minutos para cada um. Pode ser dessa maneira? **Sr. Clebes Brum**
165**Pinheiro:** Tentando dar um ponto de vista para enxugar. Eu acho que a Presidência poderia formatar essa
166reunião contemplando a questão do proponente AGAPAN, um espaço, o Governo do Estado, o processo
167de licenciamento como está ocorrendo e depois abre para o debate. Eu acho que poderia simplificar dessa
168forma. E também gostaria de destacar em função da questão, uma questão que está premente, já era para
169ter tido uma reunião sobre esse assunto dentro deste Conselho e não houve, acho que tem que ser em
170novembro, independente das questões da Conferência Estadual, Conferência Nacional. Acho que uma
171coisa não interfere na outra. Acho que seria fundamental fazermos em novembro, até porque dezembro
172sim que avalio como um mês mais complicado em função das festividades de ano-novo, etc. **Sr.**
173**Presidente:** Consulto o Conselho, a reunião de novembro é dia 17, quinta-feira. Então, vamos colocar em
174Pauta para a próxima. Então, assunto vencido e a gente organizar a Pauta de forma que todos possam-se
175manifestar. Eu concordo que se dê esse encaminhamento. **3. Proposta de Minuta de Revigoração da**
176**Resolução n.º 16/00.** O encaminhamento do próximo assunto de Pauta, na verdade, são duas minutas de
177resolução que foram encaminhadas: uma delas em relação à Resolução n.º 16/00. Essa resolução permitiu
178a municipalização de aspectos florestais, só que em função de termos redigido a Resolução n.º 102 de
179uma forma um pouco equivocada, porque consideramos que a n.º 04/00 passa a ter tão-somente o anexo
180que aprovamos na n.º 102. E ficou sem uma posição clara se tínhamos revogado ou não a n.º 16, porque a
181n.º 16 não entrou em Pauta, não foi objeto de discussão, foi objeto de discussão o anexo da n.º 05/98. Só
182que o entendimento da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do CONSEMA entendeu que deveríamos
183trazer para Plenário esse assunto tão-somente com a função de ratificar de que a Resolução n.º 16 passa a
184ser a continuação da n.º 102. Então, nesse sentido, trouxemos o assunto para o CONSEMA. E também
185tivemos, aí a solicitação é do órgão ambiental estadual, da FEPAM, em relação a 102 houve alguns
186equivocos de unidades na redação final da 102. Então, em função disso o assunto está sendo trazido para
187o CONSEMA, porque não mexe no mérito, mexe tão-somente na unidade que foi colocada na hora da
188redação final. Então, passo a palavra para o Mauro para a gente fazer a discussão em relação a essas duas
189resoluções. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Sr. Presidente, acho que com relação a primeira proposta, que
190ficam incluídas na Resolução CONSEMA n.º 102 as atividades relativas ao uso de recursos naturais,
191descritas anexo I e II, eu não tenho o que dizer, é só uma questão de aprovação em Plenário ou não. Na
192realidade, estamos revigorando a 16, se não me engano. Eu teria a comentar da outra, não sei se o senhor
193quer colocar em votação esta agora. **Sr. Presidente:** Em discussão, então, o assunto referente à Resolução
194n.º 16/00. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu me lembro quando da discussão dessa resolução que tinham
195vários itens que tinham ficado para serem discutidos depois, ou que não foram contemplados todos os
196itens, enfim. Que até a nossa proposta, aquela vez foi até um apelo do Mauro, que a gente aprovasse,
197então, o que já estava naquela proposta de resolução naquela data para, eventualmente, depois trazer
198novas propostas para serem incluídas naqueles itens de licenciamento. Não é a 102? **Sr. Mauro Gomes**
199**de Moura:** Só para esclarecer, Srs. Conselheiros. Quando a Resolução n.º 102 foi colocada no ar se
200colocou um item que acabou revogando a 16. Na realidade, a única coisa que está-se fazendo aqui é
201revigorando a n.º 16, que os municípios não puderam mais licenciar porque a 102 derrubou. Então, esta
202aqui está revigorando a 16. Aquele assunto que tu estás falando é a próximo que vamos discutir. **Sr.**
203**Eduardo Osório Stumpf:** A minha manifestação é no sentido de que a minuta de resolução está bem
204formatada. Comparando com a anterior não encontrei nenhum erro, nenhuma mudança. Então, a minha
205manifestação é de aprovação. **Sr. Presidente:** Na verdade, este texto foi-nos encaminhado pela Câmara
206Técnica de Assuntos Jurídicos, veio de lá assim, veio pronto da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.
207Então, estou agora tomando a liberdade que as resoluções passem por lá para que venha o texto final para
208cá, evitando qualquer hiato legal, porque nós que não somos da área do Direito, às vezes, cometemos
209algumas atrocidades em relação a nossa língua-mãe. Então, é melhor o pessoal do corpo jurídico se
210manifestar. Não havendo maiores manifestações colocamos em votação a reaprovação da 16, que vai virar
211um anexo II da 102. Então, quem é favorável, por favor, manifeste-se levantando o nosso cartão de
212votação. Quem é contrário? Abstencões? **Aprovado** pela unanimidade dos presentes. Mauro, o próximo.

213**Sr. Mauro Gomes de Moura:** Com relação ao próximo, Conselheira, era essa que nós estávamos
214discutindo, já verificamos alguns erros com relação à resolução que foi publicada, a 102, nos seguintes
215códigos de ramos. Na realidade, nós temos que acrescentar o Código de Limpezas de Canais Urbanos, que
216ficou fora da resolução, que autoriza os municípios a limparem, isso se não me engano já existia na n.º 05.
217Fazer limpeza de canais urbanos até a extensão de dois ou menos quilômetros. Nós temos que fazer
218algumas alterações de códigos. Infelizmente, para vocês só veio esta, tem mais duas. Nós tínhamos
219colocado o Condomínio Plurifamiliar, loteamento residencial, em área útil 5.000 m². Isso é o tamanho de
220qualquer edifício. Na realidade, a correção é para área total em hectares, menor ou igual a 05 hectares,
221como consta na parte de loteamentos, inclusive. Existem, infelizmente, mais duas resoluções, não estão aí,
222foi um lapso aqui. Nós temos o Código na FEPAM n.º 3457, Srs. Conselheiros, que é obra de
223urbanização, que são muros, calçadas, acessos, e saiu como área total 50 hectares. Na realidade, aqui são
22405 hectares, saiu errado isso. E nós temos um outro ramo que saiu errado, que saiu na Resolução n.º 102:
225*reciclagem de resíduos sólidos em metro cúbico, 6150m³*. Na realidade, é *beneficiamento de resíduo*
226*sólido, classe II*. A palavra correta não é *reciclagem*, mas *beneficiamento*, saiu errado, e nós trabalhamos
227na FEPAM com unidade não metro cúbico/mês, mas tonelada/mês, menor ou igual a 35. Na realidade, são
228apenas algumas correções de erro que saíram lá. Eu não discordo da Conselheira Edi que a gente pode
229discutir muito mais coisas com relação a 102. Eu acho que a Câmara Técnica deve continuar discutindo,
230quando tivermos nova resolução a gente vai modificando as tabelas com certeza, mas esses ramos aqui, na
231realidade, saíram errados na 102 em relação às tabelas da FEPAM. Na realidade, são correções que
232estamos solicitando que sejam feitas. **Sr. Presidente:** Alguma dúvida dos Conselheiros? **Sra. Edi Xavier**
233**Fonseca:** Eu tenho dúvida na proposta de anexo II na resolução com a inclusão dessa lista de atividades a
234serem licenciadas. O que me preocupa, Mauro, é o seguinte: acho correto a gente ir fazendo os ajustes. **Sr.**
235**Mauro Gomes de Moura:** Isso, na realidade, são só correções que saíram erradas na 102, não muda a
236102. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Este aqui também? **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Esse foi aprovado,
237esse foi votado. Essa outra resolução que estamos discutindo agora são só correções na 102, foram
238algumas palavras que saíram erradas. Inclusive, nós estamos hoje com várias cidades com o licenciamento
239parado por causa do Condomínio Plurifamiliar, porque os cartórios dizem não: *edifício com 5.000 m² tem*
240*que ir na FEPAM licenciar*; por esse erro, essas coisas que acontecem. **Sr. Presidente:** Na verdade, não
241estamos incluindo item nenhum em relação ao que foi aprovado, tão-somente a gente está esclarecendo e
242fazendo a correção. Quando nós aprovamos aquele item da canalização, aqui foi em Plenário, limpeza de
243canais urbanos, foi um assunto aprovado em Plenário. Então, não estava na lista original e a gente acabou
244colocando da forma incorreta, mas entendo que isso é, efetivamente, função do Conselho, traz para cá,
245discute para a gente poder acertar. Então, mais algum esclarecimento? Não havendo colocação em votação
246também a aprovação desse anexo, dessa alteração da Resolução n.º 102/05. Quem é favorável, por favor,
247manifeste-se levantando o cartão de votação. Quem é contrário? Abstenções? **Aprovado** pela unanimidade
248dos presentes. A outra proposta de resolução que foi encaminhada, que esta Presidência encaminhou aos
249Conselheiros, entendo até que a gente pode iniciar uma discussão, só que neste momento, nós do
250Conselho, teríamos que ouvir a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos que não foi ouvida. É uma
251proposta que vocês receberam em relação às Resoluções de n.ºs 84 e 87, que são duas resoluções que o
252Conselho aprovou em relação ao licenciamento integrado. E lá no artigo, em vários artigos, foi colocada a
253palavra FEPAM, e nos foi solicitado através de uma Entidade de classe que houvesse a alteração da
254nomenclatura de FEPAM para órgão ambiental competente, estadual ou federal. É tão-somente uma
255alteração disso, mas quero colocar o assunto para o Plenário, mas entendo que o assunto não deva ser
256decidido hoje, o assunto deva ser encaminhado para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. **Sr. Mauro**
257**Gomes de Moura:** A FEPAM pede que vá para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos porque a
258FEPAM entende que é um erro aprovar essa resolução. **Sr. Presidente:** Então, se todos concordam,
259estaremos encaminhando para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. **Sr. Luiz Alberto Carvalho**
260**Júnior:** Sr. Presidente, entendo que se ficasse do jeito que está aqui, por exemplo, órgão estadual ou
261federal competente, ficaria no caso a responsabilidade para o Estado decidir qual é o órgão lá dentro que
262faz o quê. Acho que se vamos nos desgastar aqui discutindo isso, acho que ficaria bem se ficasse genérico
263aqui. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** A FEPAM vota a solicitar que esse assunto seja tratado na Câmara
264Técnica de Assuntos Jurídicos. **Sr. Presidente:** Então, entendo que é racional a gente dar esse

265encaminhamento para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, nada contra a posição dos Amigos da
266Floresta. E também uma postura que eu gostaria de ter no Conselho é de que as propostas de resolução
267venham da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para que a gente tenha essa firmeza aqui no Conselho
268de que juridicamente não venha a haver qualquer solicitação de alteração, ou que alguém levante alguma
269dúvida sobre a postura do Conselho. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Sr. Presidente, eu entendo também que
270a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos é bem pertinente, mas esse assunto está desgastando, já faz horas
271que a gente vem discutindo quem faz, quem não faz, é meu, ou é teu. Acho que está na hora, não
272acusando ninguém, mas acho que a FEPAM, DEFAP, o órgão ambiental tem que sentar e definir. Nós não
273podemos, não estou-me posicionando a favor ou contra a investimento florestal que está aí no Estado, mas
274não vamos botar se é a favor ou contra, mas os caras estão aí querendo investir. Vamos ser contra, ou
275vamos ser a favor, mas vamos seguir, porque é barrigaço, barrigaço e barrigaço só para dizer se é a favor.
276Então, vamos sentar e definir essa coisa de uma vez. Eu estou cansado de sentar na reunião da APP
277Florestal e ficar com aquele troço de briga de órgão ambiental do Estado do mesmo órgão brigando,
278discutindo na frente de 50, 60 pessoas. Isso fica ruim para o Estado. Eu concordo em encaminhar para a
279Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, mas vamos-nos posicionar e definir de uma vez a situação. **Sr.**
280**Presidente:** Eu entendo a tua posição, Ivo, mas também entendo que o Conselho tem que ter o máximo
281cuidado e de não aprovar ilegalidades aqui. Eu tenho tido o dissabor de assistir em outros órgãos deste
282País a emissão de portarias e de resoluções que estão sendo depois derrubadas em nível de judiciário.
283Então, entendo que a definição de a quem compete e não compete ao CONSEMA dizer: *isso está em lei.*
284Compete a nós tão-somente, nós criamos duas resoluções, que são as Resoluções 84 e 87, possibilitando o
285licenciamento ambiental integrado. E naquelas resoluções nós colocamos que há a possibilidade do
286licenciamento em nível municipal, e nos outros artigos, assim como aquele termo *licenciamento do*
287*município*, nós usamos o termo *FEPAM*. Como isso está dentro de um contexto legal que envolve o
288Estado, entendo que nós como Conselho deveríamos usar o termo genérico, aí o estado, segundo a
289legislação vigente define: é o fulano ou o beltrano. E se nós definirmos que é a FEPAM? E se estivermos
290errados? Aí estaremos fazendo uma resolução que é ilegal. Então, por isso que eu entendo que o assunto
291tenha que ser feito, mas estou colocando o despacho aqui, estou encaminhando para a Câmara Técnica de
292Assuntos Jurídicos para emitir parecer e retornar ao Plenário na próxima reunião ordinária. **Sr. Niro**
293**Afonso Pieper:** No âmbito da Secretaria acredito que até a questão legal esteja consolidada, haja vista já
294existir há algum tempo parecer da nossa Assessoria Jurídica, extenso e embasado, que coloca como a
295divisão é tradicional, a divisão com a competência, mantendo ela. **Sr. Presidente:** Sr. Conselheiro, nós
296não estamos discutindo isso, nós estamos tão-somente discutindo o uso da nossa língua-mãe. **Sr. Niro**
297**Afonso Pieper:** Sr. Presidente, é justamente nesse sentido, dizendo que a aprovação estaria correta porque
298deixaria cada um com a sua competência e podendo cada um exercer na plenitude a sua competência. **Sr.**
299**Presidente:** Então, o assunto retorna na próxima reunião. **4. Proposta de Resolução sobre Saibreiras e**
300**Pedreiras Municipais.** A proposta em relação ao Item 04 não foi encaminhada, será encaminhada
301também na próxima reunião. Isso é uma proposta que a gente vai encaminhar para os Conselheiros, mas
302vou tomar a liberdade de já encaminhar, primeiro, para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para
303chegar no Plenário do CONSEMA já com uma proposta. Em relação a saibreiras e pedreiras está havendo
304um pequeno hiato, porque temos uma legislação federal de mineração, que essa legislação federal coloca
305que o licenciamento ambiental das saibreiras e pedreiras se dá no órgão ambiental estadual. E a gente sabe
306que essa problemática de saibreiras e pedreiras é um grande problema para os municípios, porque todos os
307municípios têm saibreiras e pedreiras pequenas. Nós entendemos que da mesma forma que nós neste
308Conselho aprovamos, Mauro, uma resolução nesse sentido de autorizar o órgão ambiental a simplificar o
309licenciamento ambiental para determinados tipos de extração mineral, dispensando, inclusive, dando ao
310órgão ambiental autorização de emitir o licenciamento sem Eia-Rima, nós aprovamos isso na Plenária
311deste CONSEMA. Nós entendemos que também em relação a saibreiras e pedreira há a possibilidade de
312nós dotarmos o órgão ambiental estadual de uma autorização para fazer o licenciamento simplificado,
313porque, às vezes, existem municípios que têm mais de mil quilômetros de estradas que são estradas de
314ferro. Isso acaba virando um problema de saúde, um problema de educação, porque se você não conseguir
315fazer a manutenção das estradas, nos dias de chuva não há como as crianças irem à escola, tem problema
316de saúde, de deslocamento de ambulância. Então, esse assunto realmente é de interessante público e muito

317mais interessante público municipal. Então, a idéia é da gente formatar uma resolução nesse sentido de
318possibilitar ao órgão ambiental fazer o licenciamento de uma forma simplificada, mas isso também é
319objetivo da próxima reunião. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Só rapidamente informar os Srs.
320Conselheiros que foi implantada a Câmara Técnica Permanente de Assuntos de Mineração há duas
321semanas, quinta-feira foi escolhido o Presidente, a Presidência ficou com a FIERGS. Nós devemos ter
322uma reunião quarta, ou quinta-feira, a primeira reunião. Então, a Câmara já está atuando e poderá tratar
323desse assunto, Sr. Presidente. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Presidente, isso é dentro daquela portaria do
324Ministério de Minas e Energia, da licença até 05 hectares aos municípios? **Sr. Presidente:** Exatamente. A
325lei federal autorizou que os municípios, antes a Constituição Federal tinha guiado uma espécie de um
326monopólio para as empresas privadas. Aí, por ação da Confederação Nacional dos Municípios e toda uma
327mobilização municipalista, conseguimos aprovar uma lei complementar que permitiu que os municípios
328para uso em obras públicas tivessem saibredas e pedreiras de pequeno porte. **Sr. Ivo Lessa Silveira**
329**Filho:** Como está esse processo no Estado? Há muitos? **Sr. Presidente:** Tem, o problema é que a
330FEPAM agora está tendo uma dificuldade na análise desses processos porque existem posições de que o
331município deva seguir exatamente o que deve seguir um grande empreendimento quando são
332empreendimentos, às vezes, de meio hectare, é uma área pequena, e são vários locais dentro do município.
333Então, é nesse sentido que a gente está tentando formatar a possibilidade de auxiliar o órgão ambiental a
334fazer o licenciamento simplificado. **5. Habilitação de Municípios – SIGA/RS.** O próximo item de Pauta
335é Habilitação dos Municípios, e eu sei que já existe um pedido da Edi para se manifestar. **Sra. Edi Xavier**
336**Fonseca:** Na verdade, já vou-me manifestar sobre dois pontos, primeiro: gostaria que os pontos que
337fossem colocados em Pauta fossem já com as propostas efetivas, que de fato este Plenário possa deliberar,
338porque os pontos 03 e 04, ambos não haviam passado pelas Câmaras Técnicas devidas. Então, não é
339perder tempo, mas, enfim, a gente não pode deliberar sobre um assunto que não foi passado pela Câmara
340Técnica e pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Isso já havia sido deliberado neste Plenário. Então,
341gostaria que fosse respeitado isso. E demais, Presidente, gostaria de dizer que nós estabelecemos também
342uma ordem de Pauta que as habilitações seriam sempre como Item 03 da Pauta, seguido de
343Comunicações. Então, existia uma regrinha: ponto um seria as Atas, ponto dois Comunicações, ponto
344três. **Sr. Presidente:** Será observado. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** A gente já havia deliberado isso em
345reunião como organizaríamos a nossa Pauta. Então, em relação à habilitação dos municípios considero
346que não podemos deliberar sobre esses municípios nesta reunião, porque foi deliberado na última reunião
347deste Plenário que a votação e o licenciamento dos municípios estavam vinculados a uma decisão da
348última reunião. Qual seja? Se o ressarcimento de despesas por parte do Estado para as ONGs
349ambientalistas não fosse, enfim, solucionado esse conflito, que há mais de 06 meses estamos debatendo
350sobre ele. **Sr. Presidente:** É que, na verdade, ficou a dúvida, mas acato a sua posição, esta Presidência
351recebeu um apelo da Secretaria Estadual de Meio Ambiente no sentido da gente colocar em Pauta. E foi
352sinalizada a possibilidade de que haveria uma justificativa técnica, segundo no Regimento, para fazer isso,
353da gente votar. Eu concordo contigo que não há essa possibilidade, mas gostaria de fazer um apelo para a
354gente revogar isso para a próxima reunião. Diante disso gostaria de fazer um esclarecimento a todos aqui
355presentes em relação ao que esta Presidência fez no tocante ao ressarcimento das despesas das ONGs.
356Todas as medidas cabíveis nós tomamos, encaminhamos o processo para a CAGE, a SEMA foi até a
357CAGE buscar informação de qual seria a ilegalidade de se fazer esse pagamento. Resultado dessa reunião:
358a CAGE entende que não pode ser feito esse tipo de ressarcimento. Nós estamos esperando a posição
359oficial escrita para dar ciência desse documento a todos os Conselheiros. Diante dessa posição tomamos a
360liberdade de encaminhar um segundo ofício para a Procuradoria-Geral do Estado, pedindo uma posição
361oficial da Procuradoria-Geral do Estado em relação ao assunto. E nós ainda não obtivemos o retorno.
362Então, tudo o que poderia ser feito, eu, pessoalmente, vim a três reuniões sobre o assunto em um mês,
363cobrei da Secretaria, cobrei da secretaria Executiva no sentido da gente encontrar uma alternativa.
364Lamentavelmente, isso não é posição desta Presidência: *olha, não quer pagar*. Só que legalmente não
365temos como efetuar esse tipo de pagamento. O Fundo Estadual de Meio Ambiente só poderá-se
366posicionar, que foi a outra alternativa que eu vinculei: *olha, então, se através da Secretaria e da FEPAM*
367*não pode, e o Fundo?* Só que para que o Fundo possa-se posicionar depende da posição da PGM, que a
368PGM, provavelmente, vai dar como alternativa usar o Fundo para fazer isso. Só que nessa altura do

369campeonato nós, infelizmente, não conseguimos avançar. E maneira alguma, Srs. Conselheiros, entendam
370que esta Presidência não queira ressarcir essas despesas, só que não posso de maneira alguma determinar
371ou autorizar que um servidor público estadual efetue um pagamento a alguém, ou a alguma Entidade e
372que depois esse servidor público tenha que ressarcir esses valores através do Tribunal de Contas para o
373Estado, conforme tem acontecido em muitos órgãos do estado. Então, não posso tomar esse tipo de
374atitude. Então, peço a compreensão de todos os Conselheiros, peço para colocar em votação a
375possibilidade de revogarmos essa moção, ou essa tomada de posição, que o Conselho teve na última
376reunião e também que a gente faça uma reunião extraordinária, porque temos 04 municípios hoje, e
377teremos mais 03. Então, a idéia que a gente está propondo é revogar aquela posição, se os Conselheiros
378concordarem, fazemos uma reunião extraordinária no dia 04-11, sexta-feira, na parte da manhã, tão-
379samente para esse assunto, seriam 07 municípios que a gente faria. Como a Câmara Técnica vai-se reunir
380dia 03, e, provavelmente, nesse dia 03 vão ser deliberados sobre 03 municípios, peço também a
381compreensão dos Srs. Conselheiros no sentido de que a gente fizesse uma análise um pouco mais
382pormenorizada no Conselho, porque não vai haver tempo de encaminhar esses 03 municípios. E se a
383gente vai fazer uma reunião extraordinária para tratar só e habilitação, que a gente, então, habilitasse, aqui
384analisasse esses 07 municípios. Então, gostaria de colocar esse assunto em discussão e em seguida uma
385votação referente a revogar a posição que o Conselho tomou na última reunião de não habilitar mais
386municípios enquanto as ONGs não forem ressarcidas, porque tem que ficar bem claro, nós municípios não
387somos a razão pela qual o ressarcimento não se está dando. E eu não gostaria de encaminhar o Conselho
388em um rumo de chantagem para cá e chantagem para lá. Nós vamos acabar daqui alguns meses tendo
389algumas guerras internas aqui, porque todos vão ter direito, todos os segmentos aqui representados vão ter
390direitos que de repente tomar posições que vão prejudicar *a* ou *b*. E o meu segmento município que eu
391aqui represento se sentiu extremamente atingido pela decisão, mas como Presidente do Conselho coloquei
392em votação, aceitei a derrota, aceitei o assunto, mas face a todas as providências tomadas peço que a gente
393reveja essa posição. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Apenas acrescentando a exposição a respeito das consultas,
394informar que dentro do Processo Administrativo n.º 10.151 foi, finalmente, consultado formalmente à
395CAGE, acho que prescinde a consulta à PGE da resposta da CAGE. Com relação ao item de Pauta,
396entendo que o segmento da Pauta seria já uma revogação tácita do que foi deliberado na última reunião.
397Em vista da presença de alguns municípios, até o posicionamento da Presidência, que também tem
398assento e representa os municípios aqui, entendo que poderíamos dar segmento à Pauta. E com isso a
399votação demonstraria exatamente a superação do óbice dado os últimos passos dados pela SEMA no
400sentido de resolver que o problema do ressarcimento não é um problema simples, senão teria sido
401resolvido há 06 meses, como ele se arrasta. Então, os passos estão sendo dados, um de cada vez, e
402teremos certamente uma solução, e para não prejudicar os municípios darmos segmento. **Sr. Presidente:**
403Só gostaria de esclarecer que a Presidência consultou a Assessoria Jurídica da FAMURS e entendemos
404que não podemos na mesma reunião revogar uma decisão, porque, teoricamente, não poderíamos ter
405colocado este assunto em Pauta. Isso está errado, assumimos o erro e, também, por outro lado, gostaria de
406respeitar a posição da Entidade que fez a proposta, porque se eu fizer isso, Pieper, estarei desrespeitando
407uma decisão da Plenária do Conselho. Então, entendo a posição, lastimo que os municípios tenham vindo
408até aqui para assistir a reunião, e que, eventualmente, a gente não faça, mas peço, por favor, que entendam
409que a instituição é mais importante do que o Valtemir, ou que o Pieper, ou que a representante da
410AGAPAN, ou que o representante da FARSUL. Então, acho que temos um jogo democrático e temos que
411seguir a legislação da instituição. Então, tenho como proposta de nós colocarmos em votação a revogação
412da decisão tomada, conjuntamente, com a decisão de fazermos uma reunião extraordinária para tratar
413desse assunto no dia 04-11, que é uma sexta-feira, na parte da manhã. Eu sei que alguns Conselheiros têm
414compromisso na parte da tarde e seria uma reunião rápida, porque a gente trataria tão-somente desse
415assunto. **Sr. Geraldo André Susin:** Antes de mais nada, só queria cumprimentar a presença do Secretário
416Municipal de Meio Ambiente de Caxias do Sul, o Sr. Ari Dalegrave, e os seus assessores, o Machado e o
417Sebastião Correa. Uma boa-tarde e que sejam bem-vindos. Presidente, o senhor colocou que foi aprovado
418na última sessão, foi colocado em Pauta. Então, é um desrespeito ao Conselho as deliberações. Chamou
419também a atenção, com todo o respeito, no início foi também desrespeitado o Regimento na aprovação,
420até foi usado como argumento pela SEMA que se passou batido, automaticamente, está desconsiderado o

421que foi aprovado na última reunião. Então, só para deixar o registro, que conste o desrespeito, foi
422colocado na Ata desrespeitando a deliberação anterior, foi desacatado o Regimento que é a aprovação da
423própria Ata. Era só isso, só para deixar o registro. **Sr. Presidente:** Só para esclarece. A dúvida é que na
424última reunião o que foi aprovado não é a de que não pudesse constar em Ata, se bem que todos nós assim
425o entendemos. O que consta na aprovação é que não se votaria habilitação de município, portanto, nada
426impede de constar na Pauta. Eu fui-me informar, porque eu não queria que houvesse o comentário da
427forma como o senhor fez em relação a esta Presidência. Tomei essa liberdade, mas reconheço a sua
428manifestação, só gostaria que houvesse esse esclarecimento, que o que foi aprovado é que não haveria
429votação. Nós poderíamos até fazer a discussão dos municípios hoje, mas prefiro que a gente tome o passo
430anterior, por uma questão de que já que na área do meio ambiente a gente usa tanto o princípio da
431prevenção, então, que a gente use também aqui nesse sentido. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu gostaria de
432complementar e dizer o seguinte: foi aprovada a suspensão temporária da habilitação dos municípios na
433última Plenária até que seja resolvida a questão do ressarcimento das ONGs ambientalistas nesta
434Conselho. Parece-me, Presidente, para que seja revogada essa deliberação da última reunião, tem que ter
435por parte da Presidência um parecer dando ciência a este Plenário de todos esses trâmites que foram
436relatados agora pelo senhor, para que seja suspenso, então, o não habilitar nenhum município até que seja
437resolvida essa questão. **Sr. Presidente:** Na verdade, Edi, peço a compreensão. Eu como Presidente tomei
438as precauções, inclusive, no início do assunto já externei a minha posição no sentido de que a gente retire
439o assunto de Pauta, mas que a gente coloque em votação a revogação da proposta, porque assim como a
440proposta foi aprovada na reunião anterior, hoje podemos aprovar uma nova proposta. **Sra. Edi Xavier**
441**Fonseca:** Então, o senhor vai propor uma votação? **Sr. Presidente:** Uma votação no sentido de revogar a
442moção. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Não foi moção, foi uma deliberação de reunião. **Sr. Presidente:** A
443deliberação da reunião anterior de que não se habilitaria mais município enquanto não houvesse o
444ressarcimento das ONGs. Então, o primeiro assunto que a gente colocaria em votação é isso, e em seguida
445a aprovação de uma reunião extraordinária, ou pode ser as duas coisas juntas, de uma reunião
446extraordinária no dia 04. Então, faremos duas votações, primeiro: colocaríamos em votação a revogação
447da deliberação da reunião anterior do CONSEMA, no tocante ao fato de que não se faria mais habilitação
448de municípios junto a este CONSEMA enquanto não houvesse o ressarcimento das despesas das ONGs.
449Então, quem concorda em manter a decisão anterior, ou seja, manter a decisão de que não se habilita mais
450municípios até o ressarcimento das ONGs, queira-se manifestar. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Na verdade, o
451encaminhamento é até que seja definido, que a gente tenha ciência desse parecer, seja ele qual seja. **Sr.**
452**Presidente:** Edi, peço para que tu retires essa colocação, porque vamos continuar naquela situação
453anterior que eu fiz um apelo aqui, de que a gente está encaminhando o Conselho para uma situação onde
454as Entidades vão começar a se digladiar aqui dentro. Então, faço um pedido, nós municípios não somos
455responsáveis pelo não-ressarcimento das ONGs. Então, faço um apelo aqui, nós vamos fazer todos os
456esforços. Como Presidente deste Conselho prometo que farei todos os esforços para resolver o problema.
457Agora, não gostaria de colocar esse adendo, faço o apelo para a Edi retirar, então, por favor. **Sr. Ivo Lessa**
458**Silveira Filho:** Presidente, entendo que a sua posição tomada e as atitudes tomadas pelo Presidente do
459CONSEMA vão constar em Ata, é um parecer de encaminhar à CAGE, encaminhar à consultoria do
460Estado e ao Fundo. Então, acho que é um parecer dado de uma posição tomada de uma resposta que não é
461do seu alcance. Então, acho que não há porque daqui a pouco nós ficarmos aqui discutindo e voltando,
462mantendo a pauta, mantendo esses problemas se é uma coisa que não está na competência hoje do
463Presidente do Conselho. Então, acho que o seu parecer, eu entendo e proponho que essa posição tomada,
464as atitudes tomadas pelo Presidente do CONSEMA, seja um parecer. Então, acho que aí votaremos, se o
465Conselho entende isso como uma posição da Presidência do CONSEMA e se podemos ou não votar a
466moção. **Sr. Geraldo André Susin:** Sr. Presidente, não entrando no mérito da situação, mas deixando
467bem claro que os movimentos sociais nossos, o segmento das ONGs ambientalistas, socioambientalistas,
468nós somos municipalistas, queremos a municipalização, aqui todos querem isso, ou alguém é contrário?
469Ninguém aqui é contrário. É que foi deliberada uma situação importante na outra reunião, isso abre um
470precedente que na reunião seguinte, por causa de alguns melindres aquela situação anterior não é mais
471importante. Então, não entrando na questão do mérito, mas esse contraditório compromete um pouco este
472Conselho. É isso que queremos deixar bem claro. **Sr. Alexandre Bugin:** Na verdade, entendo a questão

473que está em processo de votação, mas acho que é importante fazer algumas considerações. Realmente,
474concordo com algumas colocações, deliberou-se uma coisa e de repente está se propondo a reversão dessa
475deliberação em um assunto que a ABES é solidária às Entidades, porque nós estamos nesse assunto desde
476o início do ano, temos e reconhecer. E acho que está acontecendo já por diversos meses esse empurra,
477empurra, a gente sabe da situação, é uma situação consolidada dentro do CONSEMA e acho que o
478CONSEMA tem que se preocupar em tentar resolver como um todo. Não é só uma função do Presidente,
479não deve ficar como uma responsabilidade, uma carga do Presidente em resolver, ou não resolver, ou ficar
480culpado pela não-solução. Isso é importante que fique registrado. Então, acho que o encaminhamento do
481CONSEMA talvez seja de atender os interesses da FAMURS, mas, também temos que ver que existe o
482interessante das Entidades que estão aí desde o início do ano com essa questão e a cada reunião esse
483assunto volta. A gente tem que encaminhar alguma maneira do CONSEMA se mobilizar, concordo que
484não é por chantagem, ou por pressão desse tipo, talvez documentos assinados por todas as Entidades,
485inclusive, do governo, que sejam solidários no sentido de tentar resolver essa questão de uma vez por
486todas. Então, coloco a minha consideração nesse aspecto, acho que o encaminhamento da votação pode
487ser feito, estou tranquilo da minha posição, mas entendo que tem que encontrar uma solução de uma
488forma definitiva para esse assunto. **Sr. Juarez Fernandes de Souza:** Nós entendemos que essa votação
489tem que ter três itens, primeiro: retificar, ou ratificar o processo anterior, no caso do apoio às ONGs, o que
490concordamos também, só que achamos que esse caminho não é o ideal. O segundo é a mudança da Pauta
491e o terceiro é quanto à próxima reunião. Não podemos fazer duas votações assim, temos que fazer três
492votações para que a gente possa deliberar de uma forma mais objetiva. **Sr. Luiz Alberto Carvalho**
493**Júnior:** Eu acho que mais ou menos vai ao encontro do que o Coronel Juarez encaminhou. Quem sabe
494colocamos em votação qual o encaminhamento que vamos votar. Acho que fica bem legal assim. **Sr.**
495**Presidente:** Só um momento, em seguida tentarei juntar tudo o que estamos dizendo de forma que a gente
496possa dar um encaminhamento. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Quero dizer que concordo plenamente com a
497manifestação do Alexandre Bugin. E dizer que houve uma confusão, parece-me, Sr. Presidente. O que eu
498falei anteriormente foi o seguinte: que deveríamos não habilitar os municípios conforme a deliberação da
499reunião anterior, era até que tivesse um parecer definitivo em relação ao encaminhamento das ONGs
500ambientalistas. Isso que estamos deliberando nesta reunião. Eu compreendo o seu esforço em tentar
501resolver esse assunto da melhor forma e da forma mais rápida possível. Se nós tivermos esse parecer
502definitivo de que o Estado, a CAGE, a PGE, ou a FEMA, sei lá, qual seja o parecer, mas um parecer
503definitivo que seja apresentado, aí nós podemos começar a habilitar municípios novamente, porque essa
504decisão me parece que já foi tomada e não cabe aqui nós revogarmos neste momento, sob pena de
505estarmos colocando em juízo um setor ou outro que perca uma determinada votação deste Plenário e na
506reunião seguinte proponha uma nova votação. **Sr. Presidente:** Salvo melhor, Srs. Conselheiros, entendo
507que a Plenária do Conselho é soberana, e se nós aprovamos essa deliberação na reunião passada, podemos
508tranquilamente nesta reunião deliberar de outra forma, ou manter a deliberação tomada. Então, eu
509encaminharia o assunto, no primeiro momento, vamos votar se mantemos ou não a deliberação anterior.
510Em um segundo momento faremos uma segunda votação, se nós vamos condicionar o resultado até que
511sejam apresentados os documentos cabíveis. Então, colocaremos em votação se a Plenária do CONSEMA
512quer manter a deliberação tomada na reunião anterior. Então, primeiro a deliberação: o Conselho
513concorda em colocar o assunto em votação? Então, quem concorda em colocar o assunto em votação
514novamente, por favor, manifeste-se levantando o crachá. Quem se abstém? Um. Quem é contrário? Três
515Entidades. Três contra, uma abstenção e dezessete a favor. Então, a Plenária do CONSEMA deliberou em
516colocar o assunto novamente em votação. Portanto, o que iremos votar é se o CONSEMA mantém a
517decisão anterior, a decisão de que só habilitaremos municípios após haver uma solução no tocante ao
518ressarcimento das ONGs. Então, quem concorda em manter o fato de que a habilitação ser condicionada a
519esse ressarcimento, manifeste-se levantando o crachá. Quem não concorda em condicionar a habilitação
520ao ressarcimento das despesas se manifeste levantando o crachá. Abstenções? Três. Três votaram contra,
521três abstenções e quatorze a favor. Então, fica **aprovado** pela maioria dos presentes que não será
522condicionada a continuidade das habilitações ao fato do ressarcimento das despesas, mas vou deixar bem
523caro para todos os presentes que é condição desta Presidência e do Conselho encontrar uma solução para
524o problema das ONGs, a qual todos concordam. Entendo que isso ninguém discorda da gente encontrar

525uma alternativa e uma solução. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Eu havia pedido a inscrição antes da votação,
526mas ainda é oportuno falar. A representação da SEMA aqui, em momento algum, desde que esse assunto
527veio à Pauta e tem estado em todas as Pautas, manifestou-se no sentido de não ressarcir. E a cada reunião
528tem trazido o andamento do processo. Então, ainda é oportuno falar, louvando aí a decisão deste Conselho
529em não obstruir a Pauta dessa forma em um assunto que diz respeito bastante a outros, a terceiros.
530Obrigado. **Sr. Clebes Brum Pinheiro:** Sr. Presidente, quero colocar para que os municípios quando
531entrarem em votação não seja na reunião de novembro para não haver um prejuízo ao debate das políticas
532florestais que foi apontado aqui. Apenas estou frisando para que não se coloque na reunião ordinária de
533novembro, só uma observação. **Sr. Presidente:** A proposta é que a gente venha a fazer uma reunião
534extraordinária para deliberar sobre os municípios que estavam aptos a serem habilitados hoje e aqueles
535que estarão aptos até a próxima reunião. Então, consulto a Plenária, todos estão de acordo que a gente
536venha a fazer uma reunião no dia 04-11, sexta-feira, às 9h, para deliberar sobre esse assunto? Alguém é
537contrário? Então, fica **aprovado** pelo Conselho uma reunião extraordinária sobre habilitação de
538municípios. Dentro desse contexto não haverá mais tempo hábil porque não há mais reunião da Câmara
539Técnica até o dia 18. Portanto, aqueles que serão aprovados dia 03 serão trazidos a Plenário, até o dia 18
540não há outra reunião da Câmara. Portanto não vai haver mais ninguém. Então, automaticamente, a sua
541proposta está contemplada. **6. Situação de Caxias do Sul.** O próximo assunto de Pauta é a Situação de
542Caxias do Sul, que nós prometemos para o Conselheiro Susin, da ALGA, de Caxias do Sul, que a gente
543traria o assunto para a mesa. Só gostaria de colocar um assunto aqui, antes uma Questão de Ordem que é
544necessária ser posta aqui: se nós não estamos aptos a habilitar, não estamos aptos a desabilitar, mas
545discutiremos o assunto, até porque o Secretário de Meio Ambiente de Caxias está aqui. Faremos o debate
546desse assunto, mas só gostaria de deixar isso claro, porque temos que ser coerentes. Então, se uma coisa
547não pode a outra também não pode. **Sr. Mauro Gomes de Moura (Questão de Ordem):** Só pergunto,
548Sr. Presidente, se nós não podemos tomar nenhuma decisão com relação esse assunto hoje, em função,
549inclusive, do item anterior, se há necessidade de discutirmos isso hoje já que não podemos tomar
550nenhuma decisão com relação a esse assunto? **Sr. Presidente:** Eu entendo que temos que discutir o
551assunto, ele foi pautado várias vezes, chega no final da reunião não há *quorum* e o Colega Susin tem
552pautado seguidamente, o Secretário de Caxias se deslocou. Eu faço um apelo para que fiquem, porque eu
553gostaria de assim como ter a manifestação do Susin, da ALGA, ter a manifestação da Secretaria para que
554os Conselheiros saibam quais as providências que foram e estão sendo tomadas. Então, passo a palavra de
555imediate para o Susin para introduzir o assunto. Só uma Questão de Ordem, Srs. Conselheiros: as
556habilitações de municípios que nós encaminhamos pelo correio hoje para vocês, que vocês têm nas pastas,
557não serão novamente encaminhados para a próxima reunião. Então, por favor, é custo de papel, é custo de
558correio. A convocação vai ser feita via *e-mail*, então, por favor, quem está tendo algum problema de
559receber *e-mail* entre em contato com as colegas da Secretaria Executiva, porque como a reunião da
560Câmara Técnica vai-se dar dia 03-11, vai ser na parte da tarde do dia 03 que esse material vai ser remetido
561para cada Conselheiro via seu *e-mail*. **Sra. Edi Xavier Fonseca (Questão de Ordem):** Quero dizer que
562concordo plenamente com a posição do representante da FEPAM, dizer que nós não podemos discutir
563nesta reunião a questão do Município de Caxias do Sul em função dessa sua colocação inicial. Se não
564vamos deliberar sobre esse assunto hoje, vamos ficar só discutindo, acho que não caberia nós fazermos
565essa discussão hoje, neste momento. Se nós formos deliberar sobre as irregularidades do Município de
566Caxias do Sul, conforme vem denunciando, sistematicamente, o representante da ALGA, acho que sim
567cabe nós discutirmos nesta reunião, senão, infelizmente, esse tema também está prejudicado, está
568vinculado à Pauta anterior. Por isso, Presidente, mais uma vez faço um apelo de que pontos que não
569possam ser discutidos deliberados na Plenária não sejam colocados em Pauta para não frustrar o Plenário.
570**Sr. Presidente:** Então, consulto o Plenário se existe alguma divergência em relação à Questão de Ordem
571colocada pela Edi e, então, a gente passaria para o próximo ponto de Pauta? **Sr. Geraldo André Susin:**
572Acho que é importante que se coloque que na última reunião, última não, mas mais recente, foi lido o
573Ofício n.º 17 da Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada. Foi lido, mas como não havia
574*quorum* ficou para ser no início desta. Concordamos com o que a FEPAM, a AGAPAN colocou, que a
575Presidência colocou, que não há como votar em função de tudo isso que foi dito, mas é bom que se diga
576que esse assunto vem desde 2001 sendo falado. E esse assunto na Administração passada do Município de

577 Caxias do Sul foi uma situação muito grave, que foi constatado, inclusive, pela Câmara Técnica. E deixo
578 claro também uma outra situação: dois outros municípios, um vereador de um município e um agente
579 fiscal do outro município, ligam-nos para dizer que nos municípios deles está havendo graves problemas
580 por licenciamento. Então, era isso que nós estávamos chamando a atenção deste Conselho, que tem um
581 mecanismo, um gatilho de segurança, um mecanismo de segurança quando o município passa a extrapolar
582 os limites do seu licenciamento, que é licenciamento local e tudo aquilo mais permitido. O que diz a lei,
583 não somos nós que estamos determinando isso. O que diz a lei? O município perde a habilitação. Então,
584 não somos nós que estamos chamando a atenção. Nós não estamos com pressa de desabilitar ninguém.
585 Então, deixando bem claro, o que estamos trazendo aqui é uma forma da gente manter a ordem desse
586 sistema e com a cooperação, compartilhando isso com os municípios. Para concluir, Presidente, senão fica
587 a cada final de administração, o administrador que perdeu a eleição, o que ele pode fazer? Vai jogar nas
588 costas do outro governo, que aconteceu nesse caso em Caxias, e nunca outro município conseguira
589 superar Caxias pelo o que fizeram lá. Gostaríamos, inclusive, de continuar acompanhando o que Caxias
590 está fazendo. Então, a gente acata essa situação, esse ofício tem que voltar a ser debatido, aprovado e dado
591 um prazo para Caxias apresentar, assim como os outros municípios que não estão apresentando, também
592 tem que apresentar. Senão Caxias do Sul vai ser um mal exemplo. Nós gostaríamos e queremos que
593 Caxias seja um bom exemplo. **Sr. Presidente:** Eu concordo com a tua manifestação, Susin, só que o
594 assunto, em função das posições tomadas, não será objeto de discussão. Eu consulto o Plenário, a reunião
595 de novembro vai ser extremamente longa em função dos assuntos já pautados, consulto se podemos
596 pautar esse assunto Caxias do Sul para a reunião de dezembro? E consulto o Secretário Municipal de
597 Caxias do Sul da possibilidade dele nesta reunião de dezembro fazer uma manifestação oficial a este
598 Plenário de todas as posições tomadas pelo Município de Caxias do Sul em cima de cada denúncia
599 efetuada? Consulto o Secretário Ari, há possibilidade de participar da reunião de dezembro e fazer uma
600 explicação a este Conselho de todas as medidas tomadas, os funcionários se estão sendo treinados, qual a
601 situação interna da Secretaria, a situação que foi encontrada quando da troca de governo? Há
602 possibilidade disso, Secretário Ari? **Sr. Ari Dalegrave:** Eu acho que Caxias entrou várias vezes na Pauta,
603 como temos visto e se ouviu hoje, e, oficialmente, ainda não fomos ouvidos. Nós sabemos que há um
604 processo, eu compareci em uma Câmara Técnica, informalmente, para fazer a manifestação do que se
605 estava fazendo, mas não tivemos a oportunidade de fazer a defesa. **Sr. Presidente:** Este Conselho estará
606 oficiando para que apresente todas as medidas para a reunião de dezembro. **Sr. Ari Dalegrave:** Inclusive,
607 gostaria que fosse feito isso para oficializar para o município, porque não é ao Secretário, é ao Prefeito,
608 para que se possa ter vista do processo e se possa fazer a defesa, esclarecendo todos os itens de tudo
609 aquilo que se fez. Eu estou vendo aqui que foi distribuído também hoje uma questão de falta de
610 licenciamento. Então, o nosso corpo técnico em 10 meses trabalhou para resolver o problema que na
611 Administração anterior foi avançado do que podia fazer e o que não fez onde devia fazer. Então, isso
612 quero deixar bem claro para que não pareça que em Caxias está tudo errado. Não, todas as medidas foram
613 tomadas, gostaria de fazer esse pronunciamento e essa defesa ao CONSEMA para que se esclareça de
614 uma vez por todas isso, senão estamos sendo julgados à pena de morte sem direito à defesa. **Sr.**
615 **Presidente:** Secretário Ari, solicito a nossa Secretaria Executiva que providencie uma cópia de todo o
616 processo para que seja encaminhado ao Município de Caxias do Sul, juntamente com o ofício, onde
617 estaremos solicitando a manifestação do Município de Caxias do Sul. Isso tem que ser endereçado ao
618 Prefeito no sentido do município se manifestar na reunião de dezembro sobre esse assunto. **Sr. Ari**
619 **Dalegrave:** Quero só salientar de novo a situação incômoda que estamos, porque hoje estamos fazendo
620 um trabalho onde as partes envolvidas na época não estão aí e que está sendo prejudicado, quem está
621 sendo julgada é a comunidade de Caxias. **Sr. Presidente:** Eu entendo, há uma outra posição que eu
622 também tomei a liberdade de consultar o setor jurídico da FAMURS sobre o assunto, e como o assunto
623 está *sub judice* no Ministério Público, existe uma segunda posição que nós como Conselho não
624 poderemos tomar uma posição antes de alguém, ou de algumas pessoas serem indiciadas oficialmente e
625 levadas ao Poder Judiciário, porque hoje existe um inquérito civil no Ministério Público. Não existe nada
626 em nível judicial ainda que tenha sido encaminhado para o Fórum de Caxias do Sul, isso não aconteceu
627 ainda, segundo as informações que a gente tem os assuntos estão em diligência. Eu entendo assim, para
628 encerrarmos o assunto vamos encaminhar para Caxias todo o processo e vamos abrir a possibilidade na

629reunião de dezembro do Município de Caxias do Sul se manifestar e vamos discutir o assunto. **Sra. Edi**
630**Xavier Fonseca:** Sr. Presidente, gostaria de colocar dois pontos, primeiro: parece-me que esse município
631já foi ouvido pela devida Câmara Técnica. Segundo: considero que o senhor deveria consultar o
632Presidente da Câmara Técnica que está presente, fazer um protocolo, digamos assim, respeitando o
633Presidente da Câmara Técnica. Então, ser passado para a Presidência da Câmara Técnica, a Presidência da
634Câmara Técnica, então, disponibiliza essa documentação para o município. **Sr. Presidente:** Na verdade,
635Edi, a Câmara Técnica foi ouvida e já se manifestou sobre o assunto. O município foi ouvido, só que o
636rito legal tem que ser, isso é uma posição interna do Município de Caxias do Sul, o Prefeito até, inclusive,
637telefonou dizendo que ele entendia que a documentação na época, as solicitações que foram feitas
638diretamente ao Secretário, e como o assunto era de relevante interesse ao município, em especial à
639Prefeitura de Caxias do Sul, quem deveria ter sido oficializado era o Prefeito. Então, estamos incorrendo
640em um erro técnico, isso acontece, várias vezes a gente já cometeu esses erros, em vários segmentos, não
641somos só nós, a FEPAM também já fez isso, tenho certeza que o IBAMA em algum momento também já
642fez isso. Então, entendo a sua posição e também entendo a posição da Câmara Técnica, mas há a
643necessidade do município ser ouvido. Então, vamos fazer tudo corretamente. Marcamos para a reunião de
644dezembro, o assunto retorna na reunião de dezembro, ambos se manifestam, a ALGA por meio das suas
645denúncias, suas posições e o município em relação a todas as medidas que foram tomadas. **Sr. Luiz**
646**Antônio Borges Germano da Silva:** Eu acho que tu resumiste tudo. Só uma coisa gostaria dizer,
647primeiro: a Câmara Técnica desde o começo se sentiu, digamos assim, não ser a parte mais capaz para
648julgar isso e sim a SEMA. A própria Assessoria Jurídica da SEMA disse que a SEMA ser a responsável.
649Então, Secretário, eu entendo que o senhor foi ouvido na Câmara Técnica oficialmente, porque foi
650solicitado oficialmente à SEMA que convidasse o Secretário do Meio Ambiente para se manifestar.
651Então, eu considero que foi oficial. Agora, a tua colocação e já foi a solicitação do Prefeito, então,
652concordo, claro, o Prefeito quer ser ouvido, acho que tem todo o direito, mesmo porque a Câmara Técnica
653é um apoio ao CONSEMA. Então, o CONSEMA seria a palavra final. **Sr. Presidente:** Na verdade, tem
654que ser dito, quem responde pelo município é o Prefeito, quem é eleito é o Prefeito. Então, essas
655instâncias tem que ser seguidas senão a gente acaba cometendo algum erro. **Sr. Mauro Gomes de**
656**Moura:** Mais alguma manifestação com relação ao assunto de Caxias? **Sr. Alexandre Bugin:** Eu gostaria
657de saber, na última reunião eu não estava presente, li a Ata, foi tratado o assunto, mas gostaria de saber da
658Presidência, ou da SEMA, se nós temos o conhecimento, ou se o Conselho tem realmente o domínio de
659como seria um processo de desabilitação. Quais são as instâncias jurídicas, quais são as questões de
660recursos ou não, enfim, como se procederia? Porque nós temos que ver, talvez a gente encare essa
661situação e temos que saber como fazer isso legalmente caso tenha que ser feito. Não adianta nos
662aventurarmos em uma discussão e depois não sabermos como sair dela. Então, acho que isso é importante
663também que esteja nessa próxima reunião que for tratado o assunto. **Sr. Niro Afonso Pieper:** A nossa
664inscrição era justamente sobre isso. Já no início dessa discussão a Comissão de Municipalização teve a
665iniciativa de consultar a Assessoria Jurídica sobre o rito. **Sr. Presidente:** Eu e tendo que o assunto não
666está em discussão, e entendo que a manifestação vai ter que se dar na reunião de dezembro. Eu
667encaminharei um ofício da Presidência do CONSEMA para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para
668que se manifeste de como deva ser procedido no tocando à desabilitação para que possa instruir os
669Conselheiros nesta Plenária para que na reunião de dezembro possa haver algum posicionamento. **Sr.**
670**Niro Afonso Pieper:** Eu sugiro, então, apenas que se releia a Resolução n.º 04, deste Conselho, onde isso
671já está regulado minimamente. Sobre isso consultamos a nossa Assessoria Jurídica que já estabeleceu um
672rito, e entendo que para desabilitação o processo foi sequer iniciado. Aqui foi ouvido na Câmara Técnica
673a Secretaria porque o processo lá estava e interessava saber informações mínimas. **Sr. Presidente:** Nós
674encaminharemos um documento para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para que se manifeste de
675que forma deva ser o rito legal de desabilitação de algum município em relação ao licenciamento
676ambiental das atividades de impacto local. **7. Assuntos Gerais.** Assuntos Gerais, o Coronel pediu a
677palavra, mas antes, nós temos também um material, a Sociedade de Engenharia está-se retirando, tem um
678material para vocês. Vocês pediram da Rota do Sol, acho que a AGAPAN também pediu. **Sra. Edi**
679**Xavier Fonseca:** Não, os Amigos da Terra. **Sr. Presidente:** Então, o material está disponível. Coronel,
680por favor. **Sr. Juarez Fernandes de Souza:** Só dar uma notícia. Nós tivemos no final da semana passada

681o Encontro de Chefes de Polícia, em nível mundial, no Paraná. Lá, pela primeira vez, houve uma Pauta da
682 questão do meio ambiente, com comandantes de polícias ambientais de todos os Estados. E ficou um
683 convite nosso para em junho, ou maio do ano que vem, fazermos encontro aqui no Rio Grande do Sul.
684 Então, gostaria de colocar esse assunto em Pauta, gostaria de ter o apoio do Conselho e também de outros
685 órgãos para fazermos não somente o encontro de novo de política na área policial, mas sim de educação
686 ambiental, de prevenção, todas as áreas para fazermos um encontro quem sabe em nível estadual, quem
687 sabe CONESUL, nesse evento em maio, junho do ano que vem, por ocasião uma semana antes, quem
688 sabe, da Semana do Meio Ambiente. O segundo convite: uma sugestão de interiorizarmos a reunião do
689 Conselho em outros órgãos, e coloco o Comando Ambiental à disposição de fazermos uma reunião, até
690 para nos conhecermos melhor e ter um encontro. Então, coloco a possibilidade lá no Comando Ambiental,
691 na Bento Gonçalves, para fazermos uma interiorização dentro da possibilidade, se houver a possibilidade
692 técnica. **Sr. Presidente:** Coronel, no tocante as reuniões fora daqui do prédio da SEMA e FEPAM a
693 dificuldade não é dos Conselheiros, a dificuldade é da estrutura, porque essas reuniões têm que ser
694 gravadas. Caso a sua estrutura lá disponha disso, há possibilidade. Nós temos essa dificuldade quando se
695 tem que deslocar equipamento de gravação, porque esses equipamentos são muito sensíveis e sempre
696 acontecem acidentes. É realmente uma saga para conseguir fazer manutenção, imagine se estraga. Então,
697 nós temos tido essa precaução. Nós recebemos convites, até a Botânica nos convidou também, o Caixa RS
698 também nos convidou para que fizéssemos lá, mas há essa dificuldade. Então, faremos um diálogo
699 posterior, mas a dificuldade nossa não é dos Conselheiros, ou do pessoal, o problema são os
700 equipamentos, porque para esses equipamentos saírem aqui de dentro tem que ter ordem de serviço, todas
701 essas coisas tem ser tomadas, isto é aqui é um órgão público. E ainda tem a possibilidade de acontecer um
702 extravio, ou, eventualmente, estragar o equipamento. Então, nós temos essa dificuldade, peço a
703 compreensão em nome do Conselho. Mais algum assunto em Assunto Gerais? Então, às 16h03min desta
704 sexta-feira, 21-10-2005, encerramos a presente reunião do Conselho. (Encerra-se a reunião às 16h03min).